



## **18 DE MAIO DE 2016**

### **Quarta-feira**

- ENCONTRO DE NEGÓCIOS INTERNACIONAL - SETOR METALMECÂNICO
- FABRICANTE DE BANCOS ISRINGHAUSEN EM DIADEMA ADERE AO PPE
- FALTA DE PEÇAS DA CHINA AFETA CHERY EM JACAREÍ
- TRABALHADORES DA VOLVO APRESENTAM PROPOSTA PARA MANTER EMPREGOS ATÉ DEZEMBRO
- POR FALTA DE BANCOS AUTOMOTIVOS, VOLKSWAGEN SUSPENDE PRODUÇÃO EM SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
- DEPOIS DE VOLKSWAGEN, FIAT TAMBÉM PARALISA PRODUÇÃO POR FALTA DE BANCOS
- CERCA DE 200 TRABALHADORES DA KARMANN PROTESTAM EM S.BERNARDO
- DUNLOP CRESCE 62% E CONTORNA CRISE DO SETOR AUTOMOTIVO
- EX-FUNÇÃOÁRIOS DO GOOGLE DESENVOLVEM CAMINHÃO AUTÔNOMO
- NÃO HÁ COMO FUGIR DE AUMENTO DE IMPOSTOS, DIZ EX-MINISTRO DA FAZENDA
- BNDES BUSCA NOVA FORMA DE ATUAÇÃO PARA CONTINUAR RELEVANTE
- SOBRAS DE ENERGIA PODEM GERAR NOVO PROBLEMA PARA O SETOR ELÉTRICO
- 85% SÃO CONTRA MAIS IMPOSTOS PARA MANTER REGRA DA APOSENTADORIA, DIZ CNI
- JAPÃO DIZ QUE APENAS SUZUKI E MITSUBISHI VIOLARAM REGRAS DE TESTES DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL
- ESTATAIS CHINESAS VÃO CORTAR CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DE AÇO E CARVÃO, DIZ GOVERNO
- CHINA MANTERÁ RESTITUIÇÃO DE IMPOSTO PARA EXPORTAÇÃO DE AÇO, DIZ MINISTÉRIO
- AÇÃO DA FIAT CHRYSLER SOBE COM NOTÍCIA SOBRE INTERESSE DE GRUPO CHINÊS GAC
- GOVERNO TEMER PROJETA ROMBO DE ATÉ R\$ 150 BILHÕES NAS CONTAS DE 2016

- G7 QUER ELIMINAR FATOR QUE PREJUDICA PRODUTIVIDADE, DIZ PREMIÊ JAPONÊS
- SUZUKI CONFIRMA IRREGULARIDADES EM TESTES, MAS NEGA MANIPULAÇÃO
- ARTIGO: PREVIDÊNCIA
- OS CENÁRIOS ECONÔMICOS NO PLANEJAMENTO AUTOMOTIVO
- FUJI HEAVY INDUSTRIES MUDARÁ DENOMINAÇÃO PARA SUBARU CORPORATION
- FIO LÍQUIDO PODE SER USADO NO DESENVOLVIMENTO DE ROBÔS MAIS FLEXÍVEIS
- APESAR DA CRISE, CURITIBA TEM SALDO POSITIVO NA ABERTURA DE EMPRESAS
- EMPRESAS GLOBAIS DESENGAVETAM PLANOS DE INVESTIMENTOS NO PAÍS, DIZ MEIRELLES
- SIDERÚRGICAS REAJUSTAM PREÇOS
- VENDAS DE AÇO TÊM O PIOR ABRIL DESDE 2006, APONTA INDA
- MELHORA MAIOR DA ECONOMIA EM 2017 DIVIDE OPINIÕES DE ECONOMISTAS
- MUDANÇA NA PREVIDÊNCIA PARA TRABALHADORES NA ATIVA É INEVITÁVEL, DIZ CNI
- 65% CONCORDAM COM IDADE MÍNIMA DE APOSENTADORIA, DIZ PESQUISA IBOPE
- EM ABRIL, INDÚSTRIA REDUZ RITMO DE DEMISSÕES NA REGIÃO
- TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DEVERÁ ACENTUAR O CONFRONTO NO CONGRESSO

<b>CÂMBIO</b>		
<b>EM 18/05/2016</b>		
	<b>Compra</b>	<b>Venda</b>
<b>Dólar</b>	3,532	3,533
<b>Euro</b>	3,983	3,985

**Fonte: BACEN**

18/05/2016 – Fonte: FIEP

A Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP), por meio do seu Centro Internacional de Negócios (CIN PR), juntamente com o SINDIMETAL/PR, convidam você a conhecer compradores internacionais do setor metalmeccânico de países da América do Sul e América Central com o objetivo de impulsionar o crescimento econômico do setor, utilizando a competitividade como componente estratégico para o fortalecimento industrial, além de proporcionar novas oportunidades de negócios e parcerias comerciais.

### **Objetivos:**

Fomentar a geração de negócios;  
Promover as exportações das empresas paranaenses do setor metalmeccânico;  
Divulgar as empresas participantes e seus produtos;  
Estimular a internacionalização das empresas paranaenses.

### **PÚBLICO ALVO**

Indústrias paranaenses do setor metalmeccânico com perfil exportador de maturidade iniciante, intermediária e experiente.

### **PRODUTOS DE INTERESSE DAS EMPRESAS COMPRADORAS INTERNACIONAIS**

1. Plástico moído reciclado/tratado para caixas de baterias de chumbo
2. Peças industriais: engrenagens, correntes, correias, lâminas, rolamentos, mancais, etc.
3. Tubos, juntas, selos, "couplings" e anéis de proteção para Petróleo e Gás
4. Estruturas metálicas e torres para telecomunicação e transmissão de energia
5. Estruturas metálicas para cobertura de: aeroportos, arenas, edifícios, etc.
6. Estruturas metálicas, dutos e "spools" para: engenharia, mineração, indústrias, etc.
7. Molas para eletroeletrônica, linha branca, automobilística, etc.
8. Fogões a lenha produzidos em ferro fundido, com ou sem aço laminado e/ou alumínio
9. Ferragens e fundidos para rede de energia elétrica (manilha sapatilha, olhal, etc.)
10. Painéis de pressão, frigideiras, caçarolas, leiteiras, bandejas, etc. (linhas para casa e hotelaria)
11. Chumbo puro 99,97% e ligas de chumbo recicladas de caixas de bateria
12. Ferramentas: de embutir, de estampar, de puncionar, de furar; Ferramentas intercambiáveis
13. Cadeados, fechaduras, acessórios e dobradiças para portas, janelas, etc.
14. Dobradiças metálicas, alças, corrediças, rodízios e acessórios para móveis
15. Partes e componentes de motores e caixas de câmbio de veículos pesados
16. Sistemas completos de tratamento de ar e de climatização de grandes espaços
17. Sistemas de energia solar térmica, coletores, tanques, acessórios e componentes
18. Lavadoras de água fria, a média e alta pressão, para limpeza em geral
19. Empilhadeiras; Elevadores para oficinas mecânicas
20. Instalações, Maquinaria, implementos, equipamentos e ferramentas para agricultura
21. Ferramentas elétricas e de mão (brocas, serras, martelos, marretas, etc.)
22. Caminhões e veículos espalhadores de asfalto; Maquinário para pavimentação
23. Unidades de reciclagem e compostagem de resíduos sólidos
24. Prensas enfardadeiras e compactadores hidráulicos
25. Equipamentos e instrumentos para automação industrial e para análise de laboratório
26. Moldes de injeção de plásticos ou alumínio, para setores industriais distintos
27. Componentes, válvulas, torneiras, registros e acessórios para banheiro e cozinha
28. Sistemas e componentes de escapes para geradores, veículos e máquinas pesadas

29. Motores de limpador de para-brisas; Conjunto limpador de para-brisas; Eletroventiladores
30. Gabinetes, racks, bandejas, dutos de proteção e acessórios para Servidores
31. Células e painéis de distribuição, de baixa tensão e de média tensão
32. Carrocerias, reboques, Semirreboques: Basculante, Carrega-Tudo, containers, etc.
33. Partes e sistemas de suspensão e de freios de caminhões, ônibus e utilitários
34. Instrumentos e insumos para cirurgia ortopédica; iluminador vascular transcutâneo
35. Cama Elétrica, carro maca emergência, mesa de recuperação, etc. (para hospital/clínica)
36. Ferramentas multifuncionais/combinadas para combate e extinção de incêndios  
Outros produtos da indústria metalmecânica (indicar): a) cabos de aço, correias e produtos de levantamento de cargas; b) Máquina para fabricação de juntas de motores do setor automotivo em geral; c) Equipamentos para processamento de cereais (soja, milho, arroz, cevada, chia, etc.), Instrumentos para medição de qualidade de produtos processados (azeites, farinhas, etc.); d) Bombas para água; e) Extrusoras, chapas perfuradas.

### **LOCAL**

Campus da Indústria do Sistema FIEP | Espaço de Convivência  
Av. Comendador Franco, 1341 – Jd. Botânico

### **DATA E HORÁRIO**

22 e 23/06/2016 (quarta e quinta-feira)  
08h30 às 18h00

### **VAGAS LIMITADAS!**

**PRAZO DE INSCRIÇÕES:** 10/06/2016

### **INFORMAÇÕES**

CIN PR - Centro Internacional de Negócios da FIEP  
TELEFONE: (41) 3271-9106

## **Fabricante de bancos Isringhausen em Diadema adere ao PPE**

18/05/2016 – Fonte: Automotive Business



Em assembleia realizada na terça-feira, 17, os trabalhadores da Isringhausen, fabricante de bancos automotivos localizada em Diadema (SP) aprovaram por unanimidade a adesão ao Programa de Proteção ao Emprego (PPE).

O acordo fechado entre os metalúrgicos e a empresa prevê a redução de 20% da jornada de trabalho e dos salários pelo período de seis meses a partir de 1º de junho.

A negociação conduzida entre o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e representantes da empresa ampliou o período de estabilidade dos funcionários para o dobro da vigência prevista pelo programa.

“A direção da empresa avalia que há uma boa perspectiva de estabilização da fábrica

no segundo semestre. O PPE vai ajudar a atravessar esse momento mais difícil sem que empregos sejam ameaçados”, afirma o coordenador da regional Diadema do sindicato, David de Carvalho.

O presidente do sindicato, Rafael Marques, que também participou das negociações, destacou a importância de iniciativas que ajudem a garantir os direitos da categoria:

“O PPE valoriza o vínculo com o trabalhador em situações adversas, por isso é fundamental que seja mantido. Defendemos também propostas para retomar a economia, entre elas o Programa Nacional de Renovação da Frota”, disse.

Segundo o sindicato, atualmente cerca de 22 mil metalúrgicos do ABC estão cumprindo as normas pelo PPE.

### Falta de peças da China afeta Chery em Jacaré

18/05/2016 – Fonte: Automotive Business



Parte dos trabalhadores da montadora Chery, em Jacaré (SP) entra licença remunerada na quarta-feira, 18, retornando em 1º de junho. O motivo foi o atraso na chegada de **peças** vindas da China. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, a medida atinge 140 trabalhadores.

O atraso nas peças afeta a montagem tanto dos modelos Celer hatch e sedã como do novo QQ, cuja produção em série começou em abril. De acordo com o sindicato seriam itens grandes de aço estampado para a produção da carroceria. A fábrica do Vale do Paraíba tem 400 colaboradores e vem montando em média 60 carros por semana.

Desde segunda-feira, 16, a interrupção no fornecimento de componentes obrigou Fiat e VW a parar linhas de montagem.

### Trabalhadores da Volvo apresentam proposta para manter empregos até dezembro

18/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O Sindicato dos Metalúrgicos da Grande Curitiba (SMC) apresentou nesta terça-feira (17) uma contraproposta à Volvo para manter o emprego dos trabalhadores até o fim do ano. A proposta foi aprovada em assembleia realizada com os funcionários nesta manhã e está em análise pela montadora. A paralisação das atividades da fábrica na Cidade Industrial de Curitiba (CIC) completou uma semana hoje e segue até o impasse ser resolvido.

A proposta apresentada pelo sindicato prevê que o prazo de adesão ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) proposto pela montadora na semana passada seja estendido até o dia 5 de dezembro de 2016.

O objetivo é preservar o emprego dos funcionários da fábrica por mais seis meses, enquanto o mercado espera uma reação da economia com a entrada do novo governo.

O documento também prevê que sejam mantidas a correção salarial pelo INPC em setembro e a Participação nos Lucros e Resultados (PLR) com antecipação de R\$ 5 mil e discussão do valor final conforme manutenção dos empregos.

O sindicato também quer que o Plano de Demissão Involuntária (PDI) apresentado pela montadora só seja implantado em dezembro, caso a economia não se recupere.

Em entrevista à Gazeta do Povo na semana passada, o presidente da Volvo na América Latina, Carlos Morassutti, afirmou que a empresa não apresentará uma nova proposta ao sindicato.

A montadora propôs um PDV com adesão até o fim de maio ou manutenção dos empregos em troca de postergar o reajuste salarial e redução de R\$ 5 mil no PLR.

A Volvo confirma que está com ociosidade de 400 trabalhadores. A fábrica que produz caminhões, chassis de ônibus, cabines, caixas de câmbio e motores está operando com apenas um terço da capacidade instalada.

Segundo a Anfavea, que reúne as montadoras brasileiras, as vendas de caminhões da Volvo caíram 24,1% nos quatro primeiros meses deste ano em comparação com o mesmo período de 2015.

### **Por falta de bancos automotivos, Volkswagen suspende produção em São José dos Pinhais**

18/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A fábrica da Volkswagen em São José dos Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba, fechou a terça-feira (17) com a sua produção suspensa por conta de um problema com um de seus fornecedores.

De acordo com a montadora, as atividades foram paralisadas pela falta de bancos automotivos que deveriam ter sido entregues pela multinacional Keiper, a qual alega a existência de uma dívida da companhia alemã.

Além da unidade paranaense, as fábricas de Taubaté e São Bernardo do Campo, ambas em São Paulo, também foram afetadas.

A Volkswagen entrou na Justiça para tentar reverter a situação e retomar a produção de seus veículos, obtendo decisão favorável da 2ª Vara Cível de São Bernardo do

Campo. Segundo o juiz Mauricio Tini Garcia, responsável pelo parecer, a Keiper deve retomar o fornecimento dentro de 24 horas, sob pena de multa diária de R\$ 500 mil.

Além da fabricante alemã, a Fiat também teve de suspender a produção em suas fábricas por conta de entraves com a Keiper. No caso da montadora italiana, os problemas envolveram componentes e estruturas metálicas soldadas. A interrupção na unidade de Betim, em Minas Gerais, começou na última segunda-feira (16) e afeta mais de 18 mil trabalhadores.

### **Depois de Volkswagen, Fiat também paralisa produção por falta de bancos**

18/05/2016 – Fonte: o Estado de S. Paulo



*Fornecedor suspendeu entregas por não chegar a acordo sobre reajuste; grupo alemão Keiper/Prevent se transformou no único fornecedor de sistemas para bancos e estruturas metálicas de diversas montadoras.*

O imbróglio comercial envolvendo a fabricante de sistemas para bancos e estruturas metálicas Keiper, do grupo Prevent, levou também à paralisação da produção na Fiat em Betim (MG), onde são feitos cerca de dez modelos.

A Volkswagen já havia divulgado que suas três fábricas de carros no País estão sem produzir desde segunda-feira, situação que será mantida hoje. Na soma das duas, cerca de 20 mil trabalhadores foram colocados em licença remunerada ou férias coletivas.

Embora tenha paralisado as atividades parcialmente na sexta-feira e totalmente a partir de segunda-feira por tempo indeterminado, só ontem a Fiat divulgou o problema, pois afirma que tentava negociar com a empresa, sua única fornecedora de estruturas metálicas usadas na carroceria dos carros.

Paralisação pode colocar mais de 50 mil trabalhadores sem atividade, diz Fiat.

Em nota, a Fiat informa que as empresas Tower e Mardel, da multinacional Keiper/Prevent, "interromperam abruptamente o fornecimento de componentes e estruturas metálicas na última quinta-feira."

A montadora informa que estava em processo de negociação com os fornecedores e foi surpreendida pela medida extrema.

Segundo a Fiat, a paralisação pode colocar mais de 50 mil trabalhadores sem atividade na região (incluindo seus funcionários e os de fabricantes de autopeças que dependem de sua demanda).

Afirma também que a medida poderá acarretar em perda diária de arrecadação de R\$ 30 milhões, equivalente às atividades que deixam de ser realizadas. Até agora, 5 mil veículos deixaram de ser produzidos.

Na Volkswagen, a perda produtiva supera esse número, mas a empresa não divulga dados. Com fábricas em São Bernardo do Campo, Taubaté (SP) e São José dos Pinhais (PR), a montadora obteve segunda-feira na Justiça liminar estabelecendo prazo de 24 horas para que a Keiper voltasse a fornecer estruturas de bancos, sob pena de multa diária de R\$ 500 mil. A empresa, contudo, não havia acatado a medida até a noite de ontem.

A Fiat também entrou ontem com pedido de liminar em Minas, mas a ação ainda não havia sido julgada.

O advogado da Keiper, César Hipólito Pereira, do escritório Faragone, diz que a empresa vai recorrer das decisões judiciais. Ele afirma que ambas montadoras exigem produção mínima de peças, mas nem sempre adquirem o que encomendam, causando prejuízos ao grupo. Ressalta ainda que as duas estão em débito com a fornecedora.

“A Keiper já teve de demitir vários funcionários e há fábricas com risco de serem fechadas, como a de São José dos Pinhais, Ribeirão Pires (SP) e a de Betim (MG), em razão de acordos não cumpridos pelas montadoras”.

Volkswagen e Fiat alegam que a fornecedora é que não cumpre contratos (conforme consta nas ações enviadas aos órgãos de Justiça) e que constantemente exige reajustes de preços sem justificativa, já com ameaça de suspensão de fornecimento se não for atendida.

**Compra.** O grupo de investimentos Prevent, que segundo Pereira é de origem alemã, tem seis fábricas em São Paulo, Minas Gerais e Paraná, adquiridas entre início de 2015 e janeiro deste ano da Keiper, Mardel, Cavelagni e Tower. Essas empresas já eram tradicionais fornecedoras do setor e algumas operam com ferramental cedido pelas próprias montadoras.

Os problemas de preços e suspensão de entregas começaram a partir da mudança societária, informam Volkswagen e Fiat que, segundo elas, ficaram nas mãos de um único fornecedor.

O grupo abastece outras montadoras, entre as quais Ford, Mitsubishi e Toyota, mas nenhuma delas enfrentou até agora situação de desabastecimento. Fiat e Volkswagen alegam que são alvos por serem as maiores fabricantes do País. Pereira, por sua vez, contrapõe afirmando que, por serem as maiores, “são as que mais esfolam as empresas de autopeças”.

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Betim, João Alves de Almeida, vai se reunir hoje com representante da Keiper para ouvir sua versão. Ontem ele falou com dirigente da Fiat.

“Estamos preocupados com os empregos dos trabalhadores”, diz. A Keiper teria ameaçado fechar as duas fábricas locais e demitir seus 400 funcionários caso não obtenha o reajuste pedido.

**Chery.** A fabricante Chery também enfrenta desabastecimento para a produção dos modelos Celer e QQ em Jacareí (SP), mas em razão de atraso na entrega de conjuntos importados da China. Ontem, a empresa, que produz em média 300 carros por mês, anunciou licença remunerada a 140 dos seus 400 funcionários de hoje até o dia 31.



## Cerca de 200 trabalhadores da Karmann protestam em S.Bernardo

18/05/2016 – Fonte: DGABC



Cerca de 200 trabalhadores da Karmann Ghia protestaram, ontem, por cerca de duas horas, em frente à fábrica, situada na Avenida Álvaro Guimarães, em São Bernardo.

O principal pleito dos operários é que o dono da empresa de fato a assuma, e as dívidas de salários atrasados há três meses aos 330 profissionais – que estão em greve desde abril – e rescisões trabalhistas que deixaram de ser pagas em novembro do ano passado a 150 ex-funcionários, sejam quitadas.

O problema é que, no momento, a empresa está sem comando, já que, na quinta-feira, o juiz Rodrigo Faccio da Silveira, da 3ª Vara Cível de São Bernardo, indeferiu o pedido feito pela empresária Maristela Astorri Nardini para rever o preço do contrato de compra da Karmann Ghia.

A transação foi fechada em 2014 e o valor fixado foi de R\$ 17,8 milhões. Só que, das 22 prestações de R\$ 400 mil e das 30 de R\$ 300 mil, Maristela pagou apenas uma. Isso porque ela alegava dívidas de R\$ 21,9 milhões referentes à participação em negócios deficitários, entre eles a metalúrgica Quasar, de Mauá, que está em recuperação judicial.

O magistrado, entretanto, alega que a dívida não causou prejuízo à empresa, e que a compradora agiu de má-fé ao dar o calote e pagar apenas uma das 52 parcelas.

E o então proprietário, o príncipe Eudes Maria Regnier Pedro José de Orleans e Bragança – trineto do imperador Dom Pedro II –, nome que consta na Jucesp (Junta Comercial do Estado de São Paulo), embora não tenha se manifestado até o momento, pede no Judiciário reintegração de posse.

“Quem é o dono da Karmann Ghia? Precisamos saber isso. É fundamental. De quem vamos cobrar nossos direitos? O dom Eudes, se aparece como proprietário, tem que se pronunciar”, diz Carlos Caramelo, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Cerca de 200 operários têm se revezado, desde sexta-feira, em grupos de 40 pessoas, na ocupação da fábrica, por tempo indeterminado. O local está sem energia elétrica desde o início da semana passada.

“Até itens de higiene faltam na empresa. Mas os trabalhadores estão mobilizados porque é a indignação que os move. Eles estão perplexos com a situação de extrema incerteza e descaso. Esse acampamento é reativo. E é tudo o que eles têm”, afirma Caramelo.

O sindicalista revela que será discutido com os profissionais a possibilidade de ingressar com ação na Justiça requerendo os pagamentos. Enquanto isso, integrantes da entidade têm feito campanha pedindo doações de cestas básicas e de caixas de leite para os empregados.

O passivo total da Karmann Ghia, que faz serviço de estamperia e ferramentaria para montadoras – sendo a Fiat seu principal cliente –, chega perto de R\$ 300 milhões, conforme sua diretoria.

## **Dunlop cresce 62% e contorna crise do setor automotivo**

18/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A fabricante de pneus Dunlop, instalada em Fazenda Rio Grande, na Região Metropolitana de Curitiba, contornou a crise que atingiu o mercado automotivo em 2015. As vendas da marca para o segmento de reposição cresceram 62% no ano passado, índice muito acima do registrado por todo o setor, cujos emplacamentos despencaram mais de 26%.

Com isso, a empresa trabalha desde o ano passado com a capacidade máxima de produção de 450 mil unidades mensais, afirma o diretor de marketing, Renato Baroli. Um ritmo que, por enquanto, não tem prazo para acabar.

“Hoje nós trabalhamos em três turnos e com perspectiva de continuar assim por um bom tempo. Nós iremos expandir a produção em breve, só faltam alguns cálculos de viabilidade”, conta.

A planta da Dunlop foi inaugurada em 2013 e teve investimentos de R\$ 750 milhões.

No local são fabricados apenas pneus para carros de passeio, setor que impulsionou as vendas em 2015. O *market share* deste segmento, que representa 90% das vendas no país, foi de 5% para 10% em um ano. Ao todo, foram 3,9 milhões de unidades.

Mas se os equipamentos para carros nadaram contra a corrente do mercado, as vendas para caminhões seguiram a trajetória de queda. A Dunlop aponta que a participação do segmento caiu pela metade, de 6% para 3%.

Em 2015, foram vendidas 197 mil unidades. Baroli explica que, além da retração do setor, as ações de antidumping sofridas pelo Japão, país de origem da fabricante, pertencente ao grupo Sumitomo, elevaram as tarifas dos produtos, o que os tornaram menos competitivos no Brasil.

### ***Câmbio favorável***

Segundo o diretor, a ampliação do segmento de veículos de passeio foi motivada pela produção local, o que compensou em partes a valorização de mais de 45% do dólar ao longo do ano passado, o que penalizou as importadoras.

Os insumos para a produção vêm de fora do país, mas os preços foram melhor absorvidos pela fabricante. Outra estratégia foi trabalhar com distribuidores exclusivos e a aposta nas exportações.

Para este ano, a empresa espera um aumento nas vendas em cinco milhões de unidades, por meio do crescimento da linha de produtos originais após acordo com o grupo Fiat Chrysler (FCA) para calçar os novos Uno, Palio e Siena.

Esse tipo de ação vinha ganhando força desde 2015, quando a Toyota Hilux passou a sair de fábrica com os pneus da marca. “Quando um carro sai com um determinado equipamento, a primeira troca costuma ser pelo original”, conta Baroli.

Além disso, a fabricante irá investir na expansão do número de revendedores, que hoje somam 125 lojas.

## **Ex-funcionários do Google desenvolvem caminhão autônomo**

18/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Em apenas quatro meses, engenheiros da Otto, ex-funcionários do Google, criaram um mecanismo que transforma um veículo comum em autônomo. No último final de semana, um caminhão customizado pela empresa realizou a primeira rota sem motorista. Desde a sua fundação, em janeiro, a Otto já converteu três unidades do modelo VNL 780 da Volvo em veículos que dispensam uma pessoa no volante.

Em contraste com o Google, que trabalha no seu modelo de carro autônomo desde 2009, parte da agilidade da Otto é explicada pelo seu procedimento. A companhia de tecnologia não monta os carros, mas modifica veículos já existentes. Eles usam uma combinação de sensores, câmeras, um hardware que consegue conduzir o automóvel e um software customizado, segundo o site “CNN Money”.

Diferente de um motorista, com as suas respectivas limitações, o piloto automático pode conduzir um veículo dia e noite, o que reduziria o tempo de entrega pela metade.

Em tese, esses carros poderiam diminuir o número de acidentes de trânsito já que eliminam os erros humanos. Outra vantagem seria a economia de combustível, já que a direção seria mais eficiente.

A Otto é uma startup com 40 funcionários, sendo que 15 deles trabalharam anteriormente no Google — inclusive os fundadores da empresa, Anthony Levandowski e Don Burnette, ambos área de veículos autônomos, e Lior Ron, que estava a frente do Google Maps. A quarta co-fundadora é a robotista Claire Delaunay.

Atualmente, a empresa está realizando testes em vários estados americanos, como a Califórnia, Nevada e Arizona.

Se a tecnologia deslançar, os caminhoneiros não devem perder seus empregos, ao menos não imediatamente.

De acordo com o “CNN Money”, Ron imagina que a tecnologia poderá ser vendida diretamente aos donos dos caminhões, para que eles contem com o auxílio da automação. Eventualmente, o motorista poderia apenas observar o trajeto.

“Eles poderiam ser elevados de capitão para navegador. E de navegador para supervisor”, indicou Ron.

## **Não há como fugir de aumento de impostos, diz ex-ministro da Fazenda**

18/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O ex-ministro da Fazenda Máílson da Nóbrega avalia que os desafios da nova equipe econômica são “gigantescos” e o maior deles é no campo fiscal, especialmente no trabalho de redução da relação entre a dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB). Nesse sentido, ele acredita que a nova equipe econômica não tem como fugir de aumentar impostos, além de diminuir incentivos fiscais.

“Por mais desagradável que isso seja, por ruim que seja a CPMF, sem ela fica pior.

Acredito que o governo aumentará a alíquota da Cide [o imposto dos combustíveis]. Nesse caso, há duas vantagens: a elevação pode ser feita por decreto e há efeitos colaterais positivos porque estimula a expansão do agronegócio e a redução de combustíveis fósseis, ajudando o meio ambiente”, afirma.

O ex-ministro ainda avaliou que o governo Temer passará um “pente fino” em alguns programas, embora o efeito disso seja muito pequeno. Ele citou como exemplo o fechamento de embaixadas, intenção do novo ministro das Relações Exteriores (MRE), José Serra.

Sobre a redução de incentivos fiscais, Nóbrega disse que há muita ilusão sobre esse tema. “O governo tentará reduzir ao máximo esses incentivos, mas grande parte deles está assegurada por contrato e não dá para fazer mudança unilateral”, disse.

O ex-ministro lembrou que as ações citadas podem não ser implementadas, já que ainda não houve de fato anúncio de medidas. “Acho que Henrique Meirelles está certo em não anunciar medidas. É preciso fazer um diagnóstico, olhar quais são as alternativas, onde pode cortar, com mínimo custo colateral, sempre lembrando que a margem de manobra é muito pequena”, destacou.

### **Batalha ganha**

Porém, Máílson declarou que a primeira batalha do novo governo já está ganha: é a de reverter expectativas ruins.

“A expectativa mudou para melhor: as pessoas estão acreditando que agora temos uma gestão muito séria na Fazenda, que acabaram as pedaladas, a contabilidade criativa, que a área econômica tem rumo que pode até não ser materializado por questões políticas, mas seguramente é melhor para o país e agora vai depender mais da habilidade política”, enumerou.

“Tem que abrir a economia e não é preciso uma reforma constitucional: é uma questão de decisão.”

O ex-ministro elogiou o presidente em exercício, afirmando que Michel Temer tem a vantagem de ser o primeiro presidente do Brasil com experiência em articulação política e no funcionamento do Congresso. “Há um otimismo excessivo de que Temer vai conseguir aprovar todas as reformas na Câmara. Mas tem uma chance de aprovar

pelo menos a reforma da Previdência”, declarou. Ele aconselhou Temer a esquecer as demais reformas, já que seria “mexer em vespelhos”. “Melhor deixar para um governo com propostas de mudanças nessas respectivas áreas”, disse.

## **BNDES busca nova forma de atuação para continuar relevante**

18/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



Depois de quase uma década sob o comando de Luciano Coutinho, o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) agora será presidido pela economista Maria Silvia Bastos Marques, indicada segunda-feira (16) pelo presidente em exercício Michel Temer.

Ela assume o cargo com a confiança do setor produtivo e com a expectativa de que enfrente as principais polêmicas da instituição que vicejaram durante as gestões petistas.

Entre os desafios, estão a melhoria da governança e da transparência na instituição, o redirecionamento da atuação do banco, revendo a priorização das “campeãs nacionais”, além da cobrança para a investigação sobre vantagens concedidas a empresas próximas ao governo.

Para enfrentar estes desafios, Temer optou por uma executiva de mercado que já presidiu a Companhia Siderúrgica Nacional e integrou o conselho de administração de empresas como a Petrobras, Vale e Souza Cruz. Entretanto, a credencial que mais se destaca em seu currículo é o cargo de assessora especial para Assuntos de Desestatização do BNDES, que ocupou nos anos 1990.

Para Fabiano Dalto, professor de departamento de economia da UFPR, esse é um sinal claro de que haverá uma retomada da função do banco de gestor das privatizações.

“O mais provável é que o BNDES monte logo uma estratégia de venda de participações que tem em diversas empresas e aí, na sequência, passe a vender ativos”, diz. A BNDES Participações tem em carteira R\$ 44,5 bilhões em 116 empresas de diversos setores.

De acordo com o ministro do Planejamento, Romero Jucá, o BNDES deve intensificar sua atuação no processo de concessões na ampliação das parcerias público privadas.

### ***Problemas de caixa***

Outro aspecto a ser considerado para a nova gestão é a situação do caixa do governo federal. Entre 2010 e 2014, o Tesouro Nacional repassou R\$ 227 bilhões para que o BNDES financiasse a atividade de empresas no país.

Fabiano Dalto diz que na atual situação o governo deve cessar os aportes ao banco, o que pode prejudicar a expansão do financiamento de pequenas e médias empresas.

Para Claudio Shikida, professor de economia na Universidade Federal de Pelotas, esta pode ser uma chance de o banco gerar infraestrutura para baratear os custos de

logística e transporte. "Sendo bem desenhada, uma parceria público-privada tende a ser um bom arranjo", afirma.

Outro modelo de atuação da instituição que deve ser questionado é o foco nas "campeãs nacionais", grandes empresas brasileiras de atuação global, principalmente as ligadas aos setores de petroquímica, celulose, frigoríficos, siderurgia, suco de laranja e cimento.

Para o presidente da Fiep, Edson Campagnolo, o BNDES deveria rever sua opção pelas "megaempresas".

"A expectativa que temos é de que olhem também para os grandes e médios empresários, não só com políticas de investimento, mas também no aspecto de capital de giro", diz. Para Campagnolo, as pequenas empresas já estão contempladas pelas políticas do banco dentro do Cartão BNDES.

### **Banco é cobrado para ampliar transparência**

Um dos principais questionamentos sobre a atuação do BNDES é a falta de transparência de seus atos. Um exemplo dessa opacidade é o financiamento de obras no exterior, que até junho de 2015 vinha sendo mantido em sigilo pelo banco.

Entre 2002 e o ano passado, o BNDES destinou US\$ 14 bilhões para empresas brasileiras atuarem no exterior. Deste total, 93% foram destinados a empreiteiras envolvidas na operação Lava Jato. A Odebrecht recebeu US\$ 8,9 bilhões; a Andrade Gutierrez US\$ 2,8 bilhões; a Camargo Corrêa US\$ 627 milhões; a Queiroz Galvão US\$ 388 milhões; e a OAS US\$ 354 milhões.

Este modo de atuação ensejou diversas suspeitas em relação ao banco, que tem sido criticado por priorizar empresas ligadas ao governo – como nos casos emblemáticos dos grupos Odebrecht e Schahin.

### **Sobras de energia podem gerar novo problema para o setor elétrico**

18/05/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



A sobra de energia e a migração de consumidores atendidos pelas distribuidoras para o mercado livre têm potencial para gerar uma nova onda de judicialização no país.

Na tentativa de evitar esse problema, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) busca uma solução que contente os agentes, sinalize ao mercado respeito aos contratos e evite mais um repasse para a conta de luz.

Diante das dúvidas dos diretores, o órgão regulador decidiu adiar a decisão sobre o caso, que sairia nesta terça-feira (17).

O problema está diretamente relacionado ao paradoxo que o setor elétrico vive atualmente. Embora haja sobra de energia no mercado, devido à recessão econômica,

as tarifas nunca estiveram tão elevadas, em razão do alto nível de subsídios embutidos na conta de luz.

Nesse cenário, empresas com carga superior a 500 kW, conhecidos como consumidores especiais, decidiram abandonar o mercado regulado, onde a energia é fornecida pelas distribuidoras e a tarifa é definida pela Aneel, e aderir ao mercado livre, onde é possível firmar contratos diretamente com geradores, a preços menores, desde que a energia venha de fontes incentivadas, como pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e eólicas.

O movimento aumentou ainda mais o volume de sobras de energia nas mãos das concessionárias de distribuição, que atendem o consumidor final. Quando a sobra supera 5% da demanda, a distribuidora não pode repassá-la à conta de luz, restando apenas a possibilidade de liquidar esse volume no mercado de curto prazo (MCP).

Com a diferença entre o preço médio da energia contratada em leilões, de R\$ 180,00 por megawatt-hora, e o valor no MCP, que ficou abaixo de R\$ 100,00 em todas as regiões na semana passada, o prejuízo fica com as distribuidoras.

As distribuidoras querem devolver essas sobras para os geradores, que, por outro lado, se recusam a recebê-las. A Procuradoria da Aneel avalia que os consumidores especiais podem ser considerados livres, ou seja, seus contratos poderiam, em tese, ser devolvidos.

A proposta apresentada pelo relator, diretor André Pepitone, previa a possibilidade de devolução dos contratos pelas distribuidoras a partir de 1º de janeiro de 2017. Não ficou claro se a regra valeria apenas para todos os contratos ou apenas para os mais recentes. Mas a agência retirou o processo de pauta para ampliar as discussões sobre a questão.

O diretor-geral da Aneel, Romeu Rufino, ressaltou que qualquer decisão que afete contratos assinados deve ter atenção redobrada. "Essa é das maiores atribuições do órgão regulador, porque o sinal que daremos não afeta só a decisão tomada, mas a percepção do mercado de modo geral.

Apesar da importância e da urgência do tema, acho prudente aprofundarmos um pouco mais as reflexões", afirmou. "Nossa preocupação é que não demos sinal de instabilidade regulatória."

O diretor da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marco Delgado, defende que a migração de clientes não é risco de mercado, mas risco regulatório. Ele destacou que as distribuidoras não têm controle dos preços praticados em leilão, definidos pelo governo, e são obrigadas a comprar 96% da energia que detinham no ano anterior, mesmo que não tenham demanda.

"Perdemos competitividade em algo sobre o qual não temos controle", afirmou. "O pior ambiente é o do litígio, que só enfraquece a Aneel."

Para o presidente da Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (Apine), Guilherme Velho, a lei define que apenas os contratos de consumidores livres, com carga acima de 3 MW, podem ser alvo de redução, e não de consumidores especiais. "A distinção entre consumidores é clara e conhecida por todos", afirmou.

Durante reunião da Aneel, representantes da EDP Energias do Brasil e da CPFL defenderam que essas sobras sejam consideradas exposição involuntária, ou seja,

sejam repassados para a tarifa do consumidor. Rufino, no entanto, ressaltou que ainda é preciso buscar a solução mais equilibrada para agentes e consumidores. "O nível de tarifa já é alto, por isso temos que ser zelosos e prudentes", disse Rufino.

### **85% são contra mais impostos para manter regra da aposentadoria, diz CNI**

18/05/2016 – Fonte: R7

Pesquisa "Retratos da Sociedade Brasileira", do Ibope Inteligência para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), aponta que 85% dos entrevistados discordariam e apenas 11% concordariam em pagar mais impostos para manter as atuais regras de aposentadoria.

Do total 2% não concordam nem discordam e o mesmo percentual não soube ou não respondeu. O levantamento, divulgado apenas nesta quarta-feira, 18, pela CNI, foi feito com 2002 entrevistados de 143 municípios brasileiros entre 4 e 7 de dezembro do ano passado.

A pesquisa apontou que 75% dos que responderam à pesquisa discordam que os trabalhadores se aposentem cada vez mais tarde, diante de um cenário brasileiro com as pessoas vivendo até idades mais avançadas. No entanto, 65% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria.

O levantamento apontou conhecimento dos brasileiros sobre as regras de aposentadoria desiguais para os trabalhadores brasileiros e mostrou que 76% entendem que algumas pessoas podem se aposentar com regras diferentes. Diante disso, 72% dos entrevistados defenderam a equiparação de regras de aposentadoria para todos trabalhadores.

"A reforma da Previdência Social é necessária para a sustentabilidade aos benefícios e reduzir a pressão sobre as contas públicas. O envelhecimento da população torna viável a manutenção das regras atuais. O País precisa enfrentar esse problema para garantir a capacidade do governo de pagar as aposentadorias e pensões para os brasileiros", informou Robson Braga Andrade, presidente da CNI.

A pesquisa será detalhada à imprensa por diretores da CNI ainda nesta quarta-feira, em Brasília.

### **Japão diz que apenas Suzuki e Mitsubishi violaram regras de testes de consumo de combustível**

18/05/2016 – Fonte: R7

Mitsubishi Motors e Suzuki Motor foram as únicas montadoras de veículos do Japão que utilizaram testes indevidos de verificação de economia de combustível, afirmou um representante do Ministério dos Transportes do país nesta quarta-feira.

O representante também disse que o ministério pediu para a Suzuki fornecer mais informações até 31 de maio.

A Suzuki informou nesta quarta-feira que utilizou testes fora dos padrões definidos por regras do Japão, mas acrescentou que testes apropriados mostraram que os dados de consumo não precisam ser alterados.

A Mitsubishi informou no mês passado que manipulou dados de economia de combustível de pelo menos quatro modelos de miniveículos da marca.



## **Estatais chinesas vão cortar capacidade de produção de aço e carvão, diz governo**

18/05/2016 – Fonte: R7

Empresas controladas pelo governo central da China vão cortar capacidade de produção de aço em 10 por cento entre 2016 e 2017, afirmou o gabinete do país nesta quarta-feira.

A capacidade de produção de carvão será também reduzida em 10 por cento nestas empresas durante o mesmo período.

A China também vai implementar medidas para ampliar a eficiência de empresas estatais, afirmou o governo do país em comunicado.

## **China manterá restituição de imposto para exportação de aço, diz ministério**

18/05/2016 – Fonte: R7

A China vai manter a política de restituição de imposto em exportações de aço como parte dos esforços para ajudar o setor a lidar com problemas de excesso de capacidade produtiva, afirmou o Ministério das Finanças do país nesta quarta-feira.

As siderúrgicas chinesas dependem do mercado externo para absorver o excesso de produção no setor, o que tem disparado reclamações comerciais de competidores do país.

O ministério afirmou em comunicado que também manterá uma tarifa baixa de imposto sobre carvão para apoiar nos esforços de reestruturação do setor.

A pasta também afirmou que a China usará políticas tributárias favoráveis para apoiar fusões, reestruturações de dívida e recuperações judiciais nos setores de siderurgia e carvão, que estão passando por campanha de fechamento de excesso de capacidade.

Enquanto isso, o Ministério do Comércio da China afirmou que os Estados Unidos têm utilizado "métodos injustos" na investigação antidumping contra produtos siderúrgicos do país laminados a frio e deve retificar seus erros o mais breve possível.

Os EUA decidiram na terça-feira pela imposição de tarifas de mais de 500 por cento sobre aço laminado a frio da China, produto usado amplamente na produção de veículos, eletrodomésticos e na construção.

A China manifestou "forte insatisfação" com a decisão, afirmou o Ministério do Comércio.

"Os EUA adotaram muitos métodos injustos durante a investigação sobre produtos chineses, incluindo a recusa de conceder às estatais chinesas uma tarifa diferenciada", disse o ministério.

"A China insiste que os EUA obedeçam estritamente as regras da Organização Mundial do Comércio e retifiquem seus métodos equivocados o mais breve possível."

## **Ação da Fiat Chrysler sobe com notícia sobre interesse de grupo chinês GAC**

18/05/2016 – Fonte: R7

As ações do Fiat Chrysler em Milão subiam mais de 3 por cento nesta quarta-feira depois que um diário italiano publicou que a chinesa GAC está considerando fazer uma oferta por participação majoritária no grupo automotivo ítalo-americano.

O Il Giornale publicou citando uma fonte não identificada que o Guangzhou Automobile Group, que já tem uma joint-venture com a Fiat Chrysler na China, pode estar interessada em adquirir uma participação.

"O mercado está apostando em rumores de que a sócia deles na China queira entrar no grupo", afirmou um operador em Milão.

A Fiat Chrysler não comentou o assunto e a GAC não se manifestou de imediato.

## **Governo Temer projeta rombo de até R\$ 150 bilhões nas contas de 2016**

18/05/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



O rombo das contas públicas neste ano, segundo cenários da nova equipe econômica, pode superar os R\$ 150 bilhões, valor muito acima do que o estimado pelo governo Dilma Rousseff.

Inicialmente, a equipe do presidente interino Michel Temer trabalhava com a informação de que o déficit primário (despesas menos receitas, descontados os juros) de 2016 iria ficar acima dos R\$ 120 bilhões.

Diante da piora das estimativas, o governo Temer terá de definir um novo corte de despesas no Orçamento e buscar novas receitas.

O tamanho do corte, porém, terá limites para evitar a paralisia de algumas áreas do governo, principalmente relacionadas à saúde e a programas sociais.

Entre as propostas para elevar receita está em análise o aumento da Cide (contribuição utilizada para regular o preço de combustíveis).

Como antecipou o "Painel", uma das ideias em estudo seria elevar a Cide em vez de criar uma nova contribuição, como a CPMF. Há desvantagens, no entanto.

Uma delas é o potencial de arrecadação. A CPMF com alíquota de 0,38% sobre movimentações bancárias tem potencial para gerar entre 1,5% do PIB e 2,0% do PIB por ano.

Para obter a mesma receita com a Cide, seria preciso elevar a alíquota sobre a gasolina de R\$ 0,10 para R\$ 1,70 e sobre o diesel de R\$ 0,05 para R\$ 0,85 por litro, segundo cálculos do banco Credit Suisse. Isso elevaria os preços ao consumidor da gasolina e do diesel em cerca de 50% e 30%, respectivamente.

Ainda não há uma definição do presidente sobre tributos.

## **POÇO SEM FUNDO**

O governo precisa aprovar um projeto no Congresso para modificar a meta original da equipe da presidente Dilma, que previa encerrar 2016 com um superavit primário (economia para pagamento de juros da dívida pública) de R\$ 24 bilhões.

A própria petista já havia enviado um projeto ao Legislativo propondo abandonar a meta de superavit, pedindo autorização para encerrar este ano com um deficit de R\$ 96,7 bilhões.

A equipe de Temer precisa aprovar a revisão da meta antes do final do mês, porque, sem aprovar a autorização para encerrar 2016 com deficit, o governo teria de editar um decreto com bloqueio de gastos para cumprir o superavit de R\$ 24 bilhões.

Esse bloqueio pode paralisar ministérios e serviços públicos. Apesar da urgência, o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou nesta terça (17) que o Congresso só irá deliberar sobre a questão na próxima semana.

A meta a ser proposta pelo governo será definida entre quinta e sexta-feira, em reunião do presidente Michel Temer com seus ministros Henrique Meirelles (Fazenda) e Romero Jucá (Planejamento).

A equipe econômica ainda analisa o comportamento das receitas e avalia as expectativas de aprovação, pelo Congresso, de projetos de aumento de tributos.

Questionado sobre o assunto, o ministro Henrique Meirelles disse esperar que os cálculos apresentados pela gestão anterior sejam rapidamente revistos.

A estratégia do ministro Jucá é alterar o projeto já encaminhado pela equipe de Dilma Rousseff, fixando um novo valor do rombo previsto para 2016.

Um dos entraves será a análise de 23 vetos que estão na pauta do Congresso e terão, necessariamente, que ser analisados antes.

## **ENTENDA A META FISCAL**

### **O que é?**

É o saldo entre receitas e despesas (excluindo gastos com juros) que o governo deve obter a cada ano

### **Ela tem força de lei?**

Sim, a meta é fixada anualmente na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias)

### **Como ela é aprovada?**

É proposta pelo Executivo e examinada pelo Congresso

### **Por que o governo terá de alterá-la?**

Porque a meta deste ano é um superavit de R\$ 24 bilhões, cujo cumprimento é quase impossível. O Orçamento se baseia em uma projeção irrealista das receitas

### **O que acontecerá se a meta não mudar?**

Até o final de maio, o governo terá de tomar providências para o cumprimento da meta, o que significará um corte geral de despesas

### **O governo pode ser acusado de crime de responsabilidade se não cumprir a meta?**

A lei não prevê pena para o descumprimento da meta, mas sim para a ausência de providências para garantir o resultado almejado

## **A SITUAÇÃO DAS MEDIDAS REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

Proposta: fixar idade mínima para aposentadoria e, possivelmente, regra de transição para quem já está no mercado de trabalho

Objetivo: cortar gastos para reorganizar as contas públicas e não precisar de novos aumentos de tributos

Andamento: governo e centrais sindicais (menos CUT e CTB) iniciam estudos nesta quarta-feira (18)

Precisa de aprovação do Congresso: sim

## **CORTES DE CARGOS COMISSIONADOS**

Proposta: cortar 4.000 vagas e até 75% das funções e cargos comissionados

Objetivo: ajuste de despesas

Andamento: não começou

Precisa de aprovação do Congresso: não

CPMF

Proposta: cogita-se a volta do tributo, temporariamente – proposta já enviada ao Congresso por Dilma

Objetivo: compensar a queda na arrecadação e reduzir o déficit público

Andamento: enfrenta resistência do empresariado e governo pode optar por elevar a Cide (combustíveis)

Precisa de aprovação do Congresso: sim

## **META FISCAL**

Proposta: obter aval do Congresso para fechar o ano com déficit primário superior a R\$ 100 bilhões

Objetivo: evitar novo corte no Orçamento, que pode paralisar atividades do governo

Andamento: ainda calcula-se o tamanho do rombo

Precisa de aprovação do Congresso: sim.

## **G7 quer eliminar fator que prejudica produtividade, diz premiê japonês**

18/05/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Os líderes do G7 (grupo que reúne os sete países mais desenvolvidos do mundo) concordam com a necessidade de adotar medidas para impulsionar a demanda global e eliminar fatores que afetam a produtividade em meio a persistentes riscos à economia mundial, disse o primeiro-ministro do Japão, Shinzo Abe, nesta quarta-feira (18).

"Há riscos à economia global", como as consequências da desaceleração da China, disse Abe durante debate com líderes de partidos da oposição.

"Eu avisei sobre a necessidade de criar demanda e remover restrições do lado da oferta", disse Abe, explicando o que ele discutiu com os líderes europeus durante sua visita à Europa neste mês.

O Japão vai sediar uma cúpula do G7 neste fim de semana, no qual medidas de política econômica para resolver a fraqueza do crescimento global estarão no topo da agenda.

Abe disse que os líderes do G7 têm um entendimento comum sobre os riscos que afetam a perspectiva global. "Nenhum dos líderes acredita que não há necessidade de se preocupar que esses riscos possam se materializar".

Adotar medidas de estímulo fiscal pode ajudar a promover o crescimento, particularmente quando os bancos centrais do Japão, Estados Unidos e Europa implementam políticas monetárias superfrouxas, disse Abe.

## **Suzuki confirma irregularidades em testes, mas nega manipulação**

18/05/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



A montadora japonesa Suzuki confirmou nesta quarta-feira (18) que mediu os níveis de emissão e consumo dos veículos vendidos no Japão com um método não homologado, mas negou ter manipulado os resultados.

"Foram descobertas irregularidades", admite a Suzuki em um comunicado, divulgado como reação a notícias divulgadas pela imprensa.

"Mas a investigação interna não concluiu que aconteceram delitos, como uma manipulação de dados", completa a nota oficial.

A empresa apresentou um pedido de "sinceras desculpas".

Os valores obtidos com o método não são falsos, destaca a Suzuki, ao contrário do que aconteceu com a também japonesa Mitsubishi Motors, envolvida em um escândalo de falsificação de dados.

As irregularidades envolver os 16 modelos comercializados no Japão desde 2011, o que equivale a 2.100 veículos, afirmou o presidente da Suzuki, Toshihiro Suzuki, em uma entrevista coletiva.

"O problema não se aplica aos produtos vendidos fora do Japão", indicou a montadora, que criticou a localização do circuito dos testes, situado "em uma colina próxima do mar, com condições meteorológicas - o vento em particular - que afetam as medidas".

A declaração do grupo provocou uma forte queda da ação da empresa na Bolsa de Tóquio.

O título da Suzuki fechou a sessão de quarta-feira em baixa de 9,36%, a 2.613 ienes. Um representante do Ministério dos Transportes do Japão disse nesta quarta-feira que Mitsubishi e Suzuki foram as únicas montadoras de veículos do país que utilizaram testes indevidos de verificação de economia de combustível.

Ele também disse que o ministério pediu para a Suzuki fornecer mais informações até 31 de maio.

## Artigo: Previdência

18/05/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A seguridade social no Brasil veio à luz no dia 5 de outubro de 1921, quando um grande brasileiro, adotado pela cidade de Jundiá - Eloy Chaves (1875-1964), homem de cultura e bem-sucedido empreendedor e deputado federal - apresentou à Câmara um projeto que se destinava a atender às aspirações legítimas de uma grande classe de trabalhadores do país, os empregados das estradas de ferro privadas.

Eles não tinham qualquer garantia quando chegassem à velhice, ao contrário do que acontecia com os funcionários públicos da Central do Brasil. Desde sempre estabelecemos uma diferença fundamental no tratamento e a proteção dada aos que devem ser "servidores do público", que têm garantido o seu emprego e o seu salário real mesmo nas piores conjunturas, quando o trabalhador do setor privado vê o seu emprego e o seu salário real diminuírem.

O projeto pretendia criar, em cada uma das empresas de estrada de ferro no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os seus respectivos empregados.

Estabelecia um sistema de aposentadorias, de pensões para os herdeiros, de socorros médicos e medicamentos e um auxílio funeral. Tornou-se realidade pelo decreto legislativo nº 4682, de 24 de janeiro de 1923, sancionado em tempos revolucionários pelo presidente Artur Bernardes.

Para quem tiver curiosidade, vale a pena ler o decreto. É uma peça longa (49 artigos), que revela a qualidade dos então legisladores. Mostra como se procurou construir um sistema previdenciário com flexibilidade suficiente para atender ao equilíbrio financeiro, a despeito da visível precariedade de informações atuariais (art. 39).

No artigo 42 ele dá estabilidade aos empregados com mais de dez anos de serviço, que foi depois generalizada e só mitigada pelo FGTS em 1966. Medida impopular que libertou o trabalhador do jugo do mau empresário e a empresa do mau empregado...

A bem da verdade é preciso reconhecer que a discussão sobre a sustentabilidade no longo prazo dos planos de previdência nunca terminou.

Noventa anos depois da Lei Eloy Chaves, a Previdência Social é agora o problema que ameaça a estabilidade fiscal. Todos sabemos que, no sistema vigente, quem financia a aposentadoria é o "excedente produtivo" de quem está trabalhando.

Pois bem. Hoje cada cem cidadãos em idade de trabalhar (15 a 64 anos) sustentam 12 cidadãos idosos (mais de 65 anos). Em 2040, cada 100 cidadãos em idade de trabalhar terão que sustentar 26! Apenas para dar um exemplo.

O Brasil gasta hoje com a Previdência mais do que países que têm, proporcionalmente, três vezes mais idosos do que nós. Por que se recusar a analisá-la, mesmo com a garantia que não se pretende atingir os "direitos adquiridos"? Porque somos solidários com os gregos...

Antonio Delfim Netto- Ex-ministro da Fazenda (governos Costa e Silva e Médici), é economista e ex-deputado federal.

## Os cenários econômicos no planejamento automotivo

18/05/2016 – Fonte: Automotive Business



Octavio de Barros, economista-chefe do Bradesco, será um dos palestrantes do workshop Planejamento 2017, que Automotive Business promoverá dia 22 de agosto em São Paulo, no Centro de Convenções do Hotel Sheraton.

Convidado para falar da evolução dos cenários econômicos, ele entende que estamos vivenciando um ano de resolução das incertezas, especialmente no plano político, e isso poderá favorecer alguma retomada de atividade no final de 2016 e em 2017, em particular quando as taxas de juros cederem mais intensamente.

No workshop ele deverá atualizar as previsões dos principais indicadores financeiros.

“Ninguém vive sem cenário. A volta da previsibilidade é fundamental para a melhora da economia”, disse recentemente, durante o Fórum da Indústria Automobilística. Ele reforçou, também, que “confiança é a forma mais barata de estímulo econômico”.

### **MERCADO**

As previsões para o comportamento do mercado automotivo serão apresentadas por Vitor Klizas, presidente da Jato Dynamics para a região.

Ele fará também uma avaliação do avanço das novas marcas sobre as montadoras tradicionais que em 2013 representavam 57% do faturamento setorial e hoje alcançam apenas 48% dos licenciamentos.

A Anfavea, agora com Antonio Megale na presidência, analisará a retomada dos negócios e os esforços na preservação de postos de trabalho. A consultora Letícia Costa, diretora da Prada Assessoria, que aposta em uma retomada lenta da atividade na cadeia de produção, fará uma avaliação dos pressupostos para o planejamento de empresas de autopeças e montadoras pensando no segundo semestre do ano e em 2017.

Caberá a George Rugitsky, conselheiro do Sindipeças e presidente da Freudenberg-Nok, apresentar o desempenho da indústria de autopeças ante a queda no mercado interno e o avanço do aftermarket e das exportações.

O workshop terá duas sessões de debates – uma para tratar dos negócios na cadeia de suprimentos, com a presença de diretores de compras das montadoras, e outra para avaliar o ritmo do segmento de caminhões, no qual a ociosidade nas linhas de montagem chegou aos 70%.

Informações sobre o workshop de planejamento podem ser obtidas pelo telefone 11 5095-8888.

## **Fuji Heavy Industries mudará denominação para Subaru Corporation**

18/05/2016 – Fonte: Automotive Business



A Fuji Heavy Industries, dona da Subaru, decidiu alterar sua denominação para Subaru Corporation após uma reunião extraordinária do conselho de administração no início deste mês. A mudança, que ainda está sujeita à aprovação dos acionistas, está agendada para ser implementada em 28 de junho.

Segundo a companhia, o objetivo é aumentar a presença da marca Subaru no mercado global visando seu crescimento nos setores automotivo e aeroespacial.

A origem da FHI remonta à fundação da Aircraft Research Laboratory, que mais tarde, em 1917, se tornaria Nakajima Aircraft. Após uma série de outras reorganizações, em 1953 foi criada a FHI.

Desde então, a empresa expandiu sua atuação, que vai desde o setor aeroespacial e de produtos industriais, até o seu principal setor de negócios, o automotivo, com a marca Subaru, hoje presente em mais de 90 países.

A palavra subaru tem origem no idioma japonês que define o aglomerado estelar ou plêiades. Para a FHI, ele simboliza a união das seis empresas relacionadas à Nakajima Aircraft, que se fundiram para formar a Fuji Heavy Industries. A Subaru foi a primeira marca de veículos a adotar um nome japonês.

## **Fio líquido pode ser usado no desenvolvimento de robôs mais flexíveis**

18/05/2016 – Fonte: CIMM

Pesquisadores descobriram um comportamento estranho em um fio de teia de aranha: ele se comporta como um líquido e como um sólido, dependendo das circunstâncias.

Como eles conseguiram criar uma versão artificial desse "fio líquido", estão propondo que o material poderá encontrar aplicações em campos como o da "robótica macia", que trabalha no desenvolvimento de robôs de corpo mole e flexível, mais parecidos com os organismos vivos.

Hervé Elettro, da Universidade Pierre e Marie Curie, na França, estava estudando a "seda de captura" das aranhas, a seda pegajosa usada para formar a espiral da teia, em vez dos fios radiais que as mantêm juntas.

Quando esticou a seda, ele verificou que ela se estende como uma mola, como seria de se esperar de um material sólido. Mas quando ele comprimiu a seda, o material permaneceu tensionado, em vez de perder a firmeza no meio, como geralmente acontece com os fios.

Por exemplo, imagine uma película de sabão suspensa entre dois suportes: se você aproximar os suportes, a película se contrai; se você separá-los, ela vai romper.



A seda de captura parece oferecer o melhor dos dois mundos, adaptando seu tamanho para o espaço que necessita preencher.

### **Fio líquido**

Elettro conseguiu replicar esse comportamento tecendo fios de plástico revestidos em óleo de silicone, etanol e outros líquidos, criando o que ele chama de "fios líquidos".

Como esse tipo de movimento é responsável também pela pressão das mandíbulas da planta carnívora Dioneia (*Dionaea muscipula*), a equipe acredita que seus fios líquidos poderão ser úteis no desenvolvimento de tecnologias semelhantes no campo da robótica, eventualmente no papel de músculos artificiais.

## **Apesar da crise, Curitiba tem saldo positivo na abertura de empresas**

18/05/2016 – Fonte: Bem Paraná



A Prefeitura de Curitiba expediu 5.984 alvarás para a abertura de novas empresas nos primeiros três meses de 2016. O número representa uma pequena queda em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram expedidos 6.224 novos alvarás.

No entanto, considerando que houve 3.472 pedidos de cancelamento de alvarás, Curitiba registrou um saldo positivo de 2.422 novas empresas abertas no primeiro trimestre.

Os números revelam ainda uma tendência crescente nos pedidos de alvarás: em janeiro foram emitidos 1.811; em fevereiro, 1.860 e, em março, 2.223. "A economia da cidade mostra mais uma vez seu dinamismo e que é capaz de resistir à crise e se manter crescendo", avalia a secretária municipal de Finanças, Eleonora Fruet.

O ex-funcionário da Electrolux e hoje professor universitário Marco Aurélio Rebello de Oliveira fundou em fevereiro a Martan Consultoria e Desenvolvimento de Mercado Ltda, em sociedade com a esposa.

A empresa trabalha com intermediação de negócios e nasceu em função de um contrato firmado com uma grande companhia italiana, do ramo de automação industrial, que já atua no Brasil e pretende ampliar seu número de clientes no país e na América Latina.

Segundo Oliveira, as perspectivas do negócio são otimistas. "Acredito que, com o decorrer do tempo, a tendência seja de nos tornarmos sócios dos italianos", diz.

O empresário afirma que o ambiente de negócios da cidade favorece este tipo de associação. "Oferecemos todas as condições para a implantação de um negócio, sem os vícios de outros grandes centros, e as empresas estrangeiras levam isto em consideração", avalia.

Outras empresas buscam aproveitar o bom ambiente para negócios da cidade e se transferem para Curitiba. É o caso da Marrari Serviços Industriais, que funcionava em Pinhais e, em fevereiro, obteve alvará para atuar na capital.

A empresa presta assistência técnica para a indústria. Segundo seu proprietário, Paulo Marrari, a transferência para Curitiba foi feita por questões logísticas. "Apesar da crise, a área de serviços não foi muito afetada e nós consideramos que o ambiente de Curitiba é favorável para quem se mantém atualizado em seu negócio e investe em inovação", comenta.

No ano passado, 21 mil empresas foram abertas em Curitiba, número próximo da média de 20 mil novos negócios anuais verificada nos últimos quatro anos e um pouco superior ao registrado em 2014, quando foram emitidos 20.213 novos alvarás.

### **Empreendedorismo**

A Prefeitura trabalha para estimular o empreendedorismo na cidade. Uma das principais medidas foi a criação dos Espaços Empreendedor, da Agência Curitiba de Desenvolvimento, localizados nas Ruas da Cidadania, onde empresários de micro e pequenas empresas e microempreendedores individuais têm orientação para formalização de empresas, capacitação e acesso a serviços de consultoria, intermediação de crédito e busca tecnológica.

O atendimento é feito por meio de um termo de cooperação técnica com o Sebrae/PR e a assessoria ao microcrédito orientado é realizada por meio de uma parceria entre a Agência Curitiba de Desenvolvimento e as empresas Caixa Crescer e Movera. No ano passado, os Espaços Empreendedor atenderam mais de 60 mil empresários, quase o dobro do atendimento de 2014.

### **Empresas globais desengavetam planos de investimentos no País, diz Meirelles**

18/05/2016 – Fonte: Paraná Online

Sem prometer um prazo para que o Brasil saia da crise, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse nesta quarta-feira, 18, esperar que a retomada da atividade econômica ocorra já nos próximos trimestres. Com apenas seis dias no cargo, ele relatou já ter sido procurado por executivos de empresas globais que estariam começando a desengavetar planos de investimentos.

"Acho prematuro fazer previsões, mas esperamos a retomada de atividade nos próximos trimestres. Não serão necessários anos. Quanto mais rápidas as medidas forem adotadas, mais precisas serão essas previsões", avaliou o ministro.

Meirelles analisou que o retorno das bases para o crescimento da economia depende sobretudo da volta da previsibilidade para os investimentos após um período de retrocessos na confiança do mercado na estabilidade de regras no País.

"Recebo relatórios de empresas globais que já me ligaram dizendo que estão reativando planos de investimentos que estavam arquivados. Isso significa que já estão apostando que o País voltará a crescer, já é ganho de previsibilidade", alegou.

O maior trunfo do País, na opinião do ministro, é a manutenção do mercado de consumo. "O desemprego aumentou, mas o número de empregados hoje é maior do que era há 15 anos. A classe média cresceu e está aí, apesar de estar sofrendo nos últimos tempos", afirmou.

Para alavancar rapidamente os investimentos, Meirelles considerou ainda que outros retrocessos da economia nos últimos anos, como o aumento do intervencionismo estatal e a incerteza inflacionária, são problemas que o governo tem condições de reverter.

## **Carga tributária**

O novo ministro da Fazenda afirmou que não há dúvida de que a carga tributária brasileira é elevada e que o objetivo é estabilizar e reduzir essa carga. "Vamos verificar se é necessário ter algum aumento de impostos, seja algum que já está em discussão ou não", disse.

Como objetivo principal de longo prazo, o ministro lembrou que o importante é que a dívida pública seja sustentável. "Não há dúvida de que é possível, mas não há dúvida que existirão medidas estruturais para que isso seja possível", frisou.

Na avaliação do ministro, além do aumento de imposto, o governo está estudando cortes em vinculações constitucionais, por exemplo, além de estabelecer um teto para evolução das despesas públicas que se ajustem no tempo a patamares sustentáveis que sejam horizontais, mas evitou confirmar qualquer hipótese. "São hipóteses meramente exemplificativas", destacou.

Em vários momentos da entrevista com um pequeno número de jornalistas, o ministro reforçou que o principal objetivo é estabilizar a trajetória da dívida. Ele lembrou que medidas para que esse objetivo seja alcançado serão tomadas agora e que seus efeitos serão sentidos no longo prazo, já em outro governo.

## **Dívida pública**

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, previu um prazo de até quatro anos para a trajetória de alta da dívida pública se estabilizar. "Um horizonte de estabilização da dívida de dois, três, quatro anos é razoável, dependendo da velocidade da estabilização", afirmou. Ele advertiu que a dívida em "poucos anos" pode atingir patamares insustentáveis. Trajetória que, segundo ele, precisa se revertida.

"Quanto mais rápido melhor" afirmou. Ele ponderou que essa melhora ocorrerá no próximo governo, mas é preciso tomar as medidas de longo prazo agora. "Estamos falando de medidas que terão efeitos em vários governos, mas medidas têm que ser tomadas agora", disse.

Ele enfatizou que o governo trabalha com um cenário base para a política fiscal com o qual o governo passará a adotar que é "realista". "Tem que ser realista fazendo o maior esforço possível, mas que seja realista e seja de fato cumprido, temos que definir com a menor margem de incerteza", disse.

## **Bancos públicos**

Apesar de ter prometido que anunciaria todos os nomes da equipe econômica esta semana, o novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, afirmou que só pensará nos nomes para comandar os bancos públicos a partir da quinta-feira, 19.

"Ontem (17), eu anunciei secretários", disse, numa referência a Carlos Hamilton, que irá comandar a secretaria de Política Econômica, e a Mansueto Almeida, que assume a secretaria de Acompanhamento Econômico.

Ainda no anúncio de terça-feira, o ministro indicou Ilan Goldfajn para a presidência do Banco Central e Marcelo Caetano para a secretaria da Previdência Social.

Sobre os nomes de sua equipe, Meirelles anunciou que Marcos Mendes, assessor econômico do Senado, está trabalhando com ele na função de assessor econômico do ministro.

Para cancelar a presença de Ilan no Banco Central, o indicado de Meirelles precisa passar por uma sabatina no Senado Federal.

## **Siderúrgicas reajustam preços**

18/05/2016 – Fonte: Diário do Comércio

Os grupos siderúrgicos Usiminas e ArcelorMittal estão informando distribuidores de aços planos nesta semana sobre um terceiro reajuste nos preços, seguindo anúncio feito na semana passada pela CSN. A informação foi dada ontem pelo presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda), Carlos Loureiro.

“Usiminas e Arcelor estão subindo mais uma vez os preços, ao redor de 10%”, informou Loureiro, ressaltando que o novo aumento, o terceiro seguido desde abril, é válido a partir de 1º de junho.

Loureiro comentou que, a partir deste novo reajuste, a diferença de preços do aço entre os mercados interno e externo fica positiva em 5%, o que dificultaria um eventual quarto incremento nos próximos meses. No total, os três reajustes elevarão os preços do aço aos distribuidores em 35%, disse ele.

Segundo o presidente do Inda, o cenário favorável para o reajuste ocorre depois que as siderúrgicas conseguiram implementar totalmente os dois aumentos anteriores junto aos distribuidores, que são responsáveis por cerca de 30% do volume de produção das usinas.

Além disso, as importações de aço seguem em queda livre, dificultadas por falta de crédito a importadores e baixa demanda interna, o que tem como consequência um encarecimento de despesas relacionadas a frete.

“Está praticamente impossível importar”, disse Loureiro. De janeiro a abril, as importações de aço plano no Brasil despencaram 76,2 % sobre um ano antes, para 151,4 mil toneladas, segundo dados do Inda.

O executivo cita que é importante para que o novo aumento seja implementado que não ocorra briga entre as usinas para market share, o que, no momento, parece que não irá ocorrer, tendo em vista que as siderúrgicas precisam melhorar suas margens.

Em relação ao setor de longos, o presidente do Inda disse que a Gerdau anunciou este mês um aumento de 8%, mas lembrou que para os longos um reajuste neste momento é mais desafiador do que em planos por conta dos novos entrantes nesse mercado, como a CSN.

A mudança de governo no Brasil trouxe “perspectivas um pouco melhores”, mas definitivamente a crise que atravessa o País não acabou, disse Loureiro. O executivo elogiou a equipe econômica anunciada nesta terça-feira pelo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e disse que agora a expectativa é que medidas sejam anunciadas.

O executivo disse que o setor já se encontrou com o novo governo para repassar o panorama de crise vivido pelo setor siderúrgico no Brasil.

## **Vendas de aço têm o pior abril desde 2006, aponta Inda**

18/05/2016 – Fonte: Inda

As vendas de aços planos pela rede associada ao Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda) caíram 8,4% em abril, na relação com o mesmo mês do ano passado, para 246,2 mil toneladas, informou nesta terça-feira a entidade. Na comparação com março, o recuo foi de 15,5%.

Considerando apenas abril, as vendas foram as piores para o mês em questão desde 2006.

No mesmo período, as compras tiveram queda em comparação anual de 11,1%, para 242,3 mil toneladas. Esse montante, em relação a março, significou uma retração de 17%.

Além disso, o Inda disse que as importações de aços planos totalizaram 46,1 mil toneladas no mês passado, recuo de 68,6% ante abril de 2015 e volume 8,6% menor do que em março.

Com esse desempenho, os estoques da rede de distribuição chegaram a 902,9 mil toneladas, 0,4% a menos do que no mês anterior. O giro desses estoques ficaram em 3,7 meses.

Em maio, o instituto acredita que tanto as vendas como as compras das distribuidoras fiquem estáveis em relação à quantidade apresentada em abril.

### **Queda em 2016**

Para o Inda, a queda nas vendas de aços planos por sua rede associada durante este ano se caminha para ser pior do que se esperava inicialmente. A entidade pode rever sua projeção, atualmente de um recuo em 5%, para uma diminuição de 7%.

“Vamos esperar o novo governo que foi composto para ver se há algum ânimo”, disse o presidente da Inda, Carlos Loureiro. Por enquanto, de janeiro a abril, a queda acumulada é de 11,9%, para 1,02 milhão de toneladas. O consumo aparente, que inclui importados, recuou 32,1%, para 2,56 milhões de toneladas.

Caso, de fato, recue 7%, o volume de vendas das distribuidoras ficaria próximo a 2,95 milhões de toneladas em 2016. Para efeito de comparação, há pouco tempo, em 2013 — melhor ano da série histórica para a rede do Inda — esse número foi de 4,54 milhões de toneladas.

O desempenho de chapas grossas é um dos que mais contribui para essa queda. No primeiro quadrimestre deste ano, também em comparação anual, as vendas desse produto — usado, por exemplo, em pás eólicas e no setor de petróleo e gás — diminuíram em 37,8%, para 74,5 mil toneladas. As compras de importados também desabaram, um recuo de 85,2% para 14,5 mil toneladas.

## **Melhora maior da economia em 2017 divide opiniões de economistas**

18/05/2016 – Fonte: Inda

Entre a perspectiva de redução da taxa básica de juros e aperto da política fiscal, bancos e consultorias passaram a apostar em uma melhora da atividade econômica para o ano que vem, mas o tom ainda é de bastante cautela.

Para alguns, o novo governo pode trazer retomada da confiança e melhora da articulação política, com redução da incerteza.

Uma parte dos economistas, porém, considera que mesmo que o governo do presidente interino Michel Temer consiga entregar reformas, um ponto de dúvida, a retomada da atividade pode ser bastante lenta.

Um ajuste que zere o déficit primário em 2017, por exemplo, seria um contrapeso forte à melhora da confiança de empresários.

No boletim Focus do Banco Central, que reúne projeções de mais de 100 instituições, as estimativas de crescimento ficaram imóveis. Para 2017, os economistas projetam avanço de 0,5% do PIB, mesma estimativa da semana passada, enquanto a projeção para 2018 foi mantida em alta de 1,6%.

"Há um pouco de esperança demais em relação ao que esse governo pode fazer para entregar economia organizada e crescimento econômico", avalia Marcos Casarin, chefe de pesquisa macroeconômica para a América Latina da consultoria inglesa Oxford Economics.

Segundo ele, transformar o déficit primário atual em superávit suficiente para estabilizar a relação entre dívida e PIB nos próximos quatro anos requer um ajuste de mais de 4 pontos do PIB, com alta de impostos e queda real do gasto por três anos consecutivos. "Que economia faz um ajuste desses e ainda consegue crescer?", questiona.

Segundo ele, o mercado também está dando como certas medidas difíceis de serem aprovadas politicamente, como a recriação da CPMF e o fim do abono salarial.

Para ele, a economia está nesse momento se beneficiando do cenário externo mais favorável e do momento político, mas ainda não há motivos para projetar um crescimento muito superior a 0,3% no ano que vem.

O governo interino do presidente Temer tem uma vantagem, que é a maior credibilidade para perseguir o ajuste fiscal, o que pode torná-lo menos doloroso, diz Rodrigo Alves de Melo, economista-chefe da Icatu Vanguarda. Mesmo assim, reverter o déficit atual exigirá uma política fiscal contracionista, o que pode mitigar parte dos efeitos positivos de uma melhora da confiança. Se com Dilma Rousseff na presidência o PIB do ano que vem seria negativo, agora a expectativa é de um crescimento de 0,5% a 1%.

Mudança de governo, porém, não é garantia de retomada no curto prazo. "São situações muito diferentes, claro, mas na Argentina o efeito Macri ainda deve demorar para trazer expansão da atividade", afirma.

Alguns exercícios econométricos feitos pela gestora mostram que melhora das condições financeiras, com redução dos juros futuros e do custo-país, por exemplo, poderiam, se combinadas com retomada mais expressiva da confiança, acrescentar 2 pontos percentuais ao PIB no ano que vem.

"Mas faltam sinais mais concretos de que confiança dos empresários e dos consumidores vai subir nos próximos meses. Por enquanto não vislumbro retomada em V".

José Francisco de Lima Gonçalves, economista-chefe do Banco Fator, estima estabilidade da economia no ano que vem. Segundo ele, a mudança de governo não altera esse número, já que dificilmente o mercado de trabalho terá melhora em 2017.

"Na melhor das hipóteses, podemos ter avanço das expectativas se o governo conseguir convencer o mercado a respeito de mudanças na infraestrutura. Mesmo assim, isso demora pelo menos um ano e meio para ter efeito sobre atividade", diz. Crescimento mais forte, portanto, só em 2018, ajudado pelo ciclo eleitoral.

Seu cenário já conta com redução da taxa de juros a partir de julho. "Mas entre reduzir Selic e ter recuperação da atividade existe uma diferença muito grande", observa. Em

sua avaliação, o alívio do lado financeiro pode ajudar a brevar a queda do investimento, que já dura mais de dois anos, mas dificilmente trará avanço do lado do consumo. "Quem está desempregado não vai tomar crédito, nem a [taxa de juros de] 15%, nem a 14% e talvez nem a 10%", diz Gonçalves.

Em relatório, o Morgan Stanley avalia que há "forças contrárias" atuando sobre as perspectivas de crescimento. "Embora mais confiança, custo mais baixo de capital de longo prazo e menores juros de curto prazo sejam todas boas notícias, o ciclo de crédito [devido ao aumento excessivo nos últimos anos] e uma política fiscal mais apertada devem pesar sobre a economia." Mais clareza sobre as escolhas de política econômica, porém, contribuíram para que o banco revisasse o cenário para PIB em 2017, de 0,6% para 1,1%.

Já o Bank of America Merrill Lynch (BofA) elevou de 0,8% para 1,5% a estimativa para o ano que vem. "Sob o governo Temer, projetamos um novo cenário macroeconômico, guiado por melhora da governabilidade e forte apoio político no Congresso para aprovar reformas fiscais e econômicas, o que pode, em última instância, levar a um choque positivo de confiança e recuperação do crescimento", escreve David Beker em relatório.

### **Mudança na Previdência para trabalhadores na ativa é inevitável, diz CNI**

18/05/2016 – Fonte: Isto É Dinheiro

Em linha com a reforma gestada pelo governo do presidente em exercício Michel Temer (PMDB), a Confederação Nacional da Indústria (CNI) defendeu que uma mudança no sistema de previdência social inclua também os trabalhadores na ativa. A posição é contrária à totalidade das centrais sindicais, que aceitam discutir as mudanças apenas para os trabalhadores que entrarem no sistema a partir da alteração das regras.

"A mudança na Previdência para trabalhadores na ativa é inevitável. A maior parte das reformas da previdência do mundo afetou também as pessoas no mercado de trabalho", disse o diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto Fernandes. "A CNI defende a idade mínima, a redução da diferença entre gêneros e categorias e acredita que é inevitável que as pessoas na ativa sejam atingidas", emendou.

Para Fernandes, diante da falta de informações do brasileiro e da resistência das centrais sindicais é preciso um trabalho de convencimento da população. Esse trabalho implica em discussão, apresentação de números, a comparação do Brasil com o resto do mundo e, principalmente, do uso do capital político para explicar as mudanças desejadas.

"É necessário o uso do capital político para que se mostre à sociedade o porquê das transformações. Ninguém faz reforma da Previdência por sadismo, as reformas são feitas para dar sustentabilidade ao recebimento de recursos futuros às pessoas hoje empregadas e que amanhã vão receber as aposentadorias", completou.

O representante da CNI citou como exemplo o colapso fiscal que a Grécia enfrentou, parte dele atribuída ao sistema previdenciário local. No entanto, Fernandes citou exemplos locais, de Estados brasileiros, como Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, que enfrentam dificuldade de pagar salários de aposentados e trabalhadores na ativa.

A CNI apresentou nesta quarta-feira, 18, em Brasília, a pesquisa "Retratos da Sociedade Brasileira", feita pelo Ibope Inteligência, a qual apontou que 85% dos entrevistados discordariam em pagar mais impostos para manter as atuais regras de aposentadoria. O levantamento mostrou ainda que 75% dos entrevistados, com

diferentes níveis de intensidade, querem mudanças no sistema, mas 63% não percebem que regras diferenciadas de previdência impõem custos e mais impostos para a população.

"Essa incoerência reflete a percepção diferenciada da população, que percebe alguns pontos e não percebem outros pontos do sistema previdenciário", explicou o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

O levantamento, divulgado apenas nesta quarta pela CNI, foi feito com 2002 entrevistados de 143 municípios brasileiros entre 4 e 7 de dezembro do ano passado. A demora para a divulgação da pesquisa, segundo a CNI, ocorreu principalmente por conta do "timing" procurado pela entidade para dar maior "ressonância" ao documento.

A pesquisa apontou ainda que 75% dos entrevistados discordam que os trabalhadores se aposentem cada vez mais tarde, diante de um cenário brasileiro com as pessoas vivendo até idades mais avançadas. No entanto, 65% dos entrevistados concordaram totalmente ou parcialmente com o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria.

### **65% concordam com idade mínima de aposentadoria, diz pesquisa Ibope**

18/05/2016 – Fonte: G1

Pesquisa Ibope encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e divulgada nesta quarta-feira (18) revela que 65% dos entrevistados concordam com o estabelecimento de uma idade mínima para a aposentadoria pela Previdência Social. O levantamento foi realizado entre os dias 4 e 7 de dezembro de 2015 e ouviu 2.002 pessoas de 143 municípios brasileiros.

Questionado sobre a razão de o resultado da pesquisa ser divulgado apenas agora, o diretor de Políticas e Estratégia da CNI, José Augusto, afirmou que não havia recursos suficientes para realizar a divulgação da pesquisa logo após a coleta das informações.

Ele observou que o período das entrevistas coincidiu com as férias de fim de ano e que, depois, a entidade avaliou que não valia a pena divulgar os dados em um período de análise, pelo Congresso, do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Acrescentou, porém, que, em sua visão, a pesquisa é útil para o entendimento do problema da Previdência Social e "aponta uma tendência."

Segundo o Ibope, somente 17% dos entrevistados disseram entender que essa idade mínima deve ser superior a 60 anos. Em fevereiro, o governo Dilma Rousseff informou que, atualmente, a idade média de aposentadoria no Brasil é de 58 anos, abaixo de todos os demais países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - cuja idade média de aposentadoria é de 64,2 anos.

"A população tem certas incoerências em sua avaliação. Percebe que há envelhecimento da população, mas na hora de responder com idade ideal [de se aposentar], ele começa a responder talvez olhando para as contas que ele faz para o seu próprio caso pessoal. É uma percepção gradual", disse o chefe da Unidade de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

Segundo a CNI, 75% dos entrevistados preferem mudanças nas regras de aposentadoria para garantir a sustentabilidade do regime, ao mesmo tempo em que 72% querem a equiparação de regras para todos os trabalhadores.



De acordo com o diretor da CNI, José Augusto, mudanças de regras para os trabalhadores que estão na ativa são "inevitáveis" em uma reforma da Previdência.

"A questão é qual a regra de transição. Reforma da previdência, em qualquer país do mundo, é complexa, difícil, e exige o uso do capital político. Tem de ir para as mesas, as ruas, para mostrar poque aquilo é relevante. Elas normalmente ocorrem porque você não consegue fechar as contas e quer garantir a capacidade de pagamento da Previdência", disse ele.

Acrescentou que, em alguns casos, pode-se dizer que a Grécia, que tem dificuldades para honrar o pagamento de benefícios previdenciários, "é aqui".

"Posso olhar o exemplo do estado do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul. A situação dramática dos aposentados destes estados. Todos pretendemos que, daqui a alguns anos, esse drama não seja dos brasileiros federais", concluiu ele.

#### Reforma da Previdência

A equipe econômica do governo Michel Temer já informou que pretende promover uma reforma na Previdência Social. Entre os pontos em discussão pelo presidente em exercício está a definição de uma idade mínima de aposentadoria.

"Haverá uma idade mínima de aposentadoria", disse na semana passada o novo ministro da Fazenda, Henrique Meirelles.

"Estamos estudando quais as regras de transição. Existem grupos com estudos bastante avançados sobre isso. [...] O que precisa é uma determinação de governo. Vamos fazer. E apresentar uma proposta factível para sociedade. Idade mínima com uma regra de transição", completou o titular da Fazenda.

Nesta semana, Michel Temer reuniu, no Palácio do Planalto, representantes das centrais Força Sindical, CSB e UGT para discutir propostas de reforma nas regras previdenciárias. A reunião foi uma tentativa de reduzir a resistência dos sindicalistas a mudanças nas regras previdenciárias.

No projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017, enviada recentemente ao Congresso Nacional, o governo federal estima que o déficit do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sistema público que atende aos trabalhadores do setor privado, continuará crescendo e atingirá, no ano que vem, a marca dos R\$ 167,62 bilhões, um novo recorde. O valor do déficit equivalente a 2,47% do Produto Interno Bruto (PIB).

Para 2016, a projeção é de um resultado negativo de R\$ 133 bilhões, ou 2,14% do PIB.

As estimativas foram feitas pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social. Pelos cálculos, o patamar de R\$ 200 bilhões para o rombo da Previdência Social seria superado no ano de 2020.

## Em abril, indústria reduz ritmo de demissões na região

18/05/2016 – Fonte: DGABC



O nível de emprego na indústria do Grande ABC apresentou queda de 0,59% em abril, comparado a março. No mês passado, foram eliminados 1.150 postos de emprego, o que representa média de 38 demissões por dia.

O ritmo de cortes, porém, está desacelerando, já que, em março, o saldo era de 2.500 postos a menos, ou 83 por dia. É o que aponta pesquisa do Ciesp (Centro das Indústrias do Estado de São Paulo) realizada com suas associadas.

Ainda que o volume de dispensas esteja em patamar elevado, esse número também é menor do que no mesmo período de 2015, quando o balanço apontava igualmente 83 demissões diárias, com perda total de 2.500 vagas.

Para o coordenador do Observatório Econômico da Universidade Metodista, Sandro Maskio, a queda de produção e da atividade econômica pode ter influenciado na diminuição dos cortes.

“As empresas costumam ter um contingente de funcionários que podem ser demitidos sem comprometer a produtividade da companhia. À medida em que as demissões vão se tornando frequentes, porém, vai ficando cada vez mais difícil eliminar funcionários, o que pode adiar a decisão.”

Maskio aponta que, ao demitir, as companhias acabam perdendo também capacidade financeira, já que sai caro arcar com todos os direitos trabalhistas que são pagos aos empregados na hora da dispensa.

Além disso, quando a situação econômica se normalizar, haverá a necessidade de contar com profissionais que mostrem resultados, qualificados, e que muitas vezes poderiam ter sido demitidos apenas por contenção de gastos.

“Por isso não podemos afirmar que a situação está melhorando. Pelo contrário. Os dados de desemprego seguem crescentes”, declara. De fato, apenas no primeiro quadrimestre, conforme a pesquisa do Ciesp, a indústria na região apresentou recuo de 3,74% na mão de obra, com 7.250 postos eliminados, enquanto de janeiro a abril de 2015, o saldo era de 6.550, ou seja, 700 postos a menos.

No acumulado de 12 meses, foram fechadas 30,2 mil vagas – retração de 13,82%. Considerando comportamento do emprego no setor em um ano encerrado em abril de 2015, o volume atingia 22,6 mil dispensas, ou 7.600 a menos.

**POR MUNICÍPIO** - Dentre as cidades que mais eliminaram postos, São Caetano ficou em primeiro lugar, com 500 desligamentos só no último mês – município também foi destaque como pior resultado no Estado de São Paulo, puxado por veículos automotores e autopeças.

O vice-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos local, Francisco Nunes, observa, porém, que houve dispensas pontuais em empresas de pequeno porte. Além disso, foi aberto PDV (Programa de Demissão Voluntária) pela General Motors no mês passado, que contou com baixo volume de adesão, diz ele, sem revelar o número.

São Bernardo aparece na sequência, com 400 vagas a menos do que em março. Diadema e Santo André (que inclui Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra) também perderam 150 postos em cada regional.

## **Terceirização de mão de obra deverá acentuar o confronto no Congresso**

18/05/2016 – Fonte: Portal Contábil



Relator da matéria, senador Paulo Paim (PT-RS), critica ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, por ter se declarado a favor da proposta para as atividades-fim e é acusado de ter visão deturpada

A terceirização de mão de obra nas empresas será um dos temas que vão acirrar o confronto entre a nova base aliada e oposição no Congresso Nacional. É que o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, anunciou ser favorável à terceirização nas atividades-fim, criticada por senadores.

A proposta é rejeitada pelo relator de projeto sobre o tema no Senado, Paulo Paim (PT-SP), com o apoio das centrais sindicais.

O assunto deverá ser tratado pelo mesmo grupo de trabalho criado anteontem pelo presidente em exercício, Michel Temer (PMDB), para discutir e apresentar em um mês proposta para a reforma da Previdência Social.

“Precisamos ter um regramento para a terceirização que já existe no País”, pontuou o ministro, ressaltando que o tema será debatido com Michel e será submetido a um “amplo debate com os atores”.

No Senado e na Câmara, haverá resistência por parte dos parlamentares do PT e do PCdoB, se o governo insistir nessa proposta.

“Eu acho que é um atraso”, afirmou Paim, referindo-se às declarações do ministro do Trabalho. “Eu lamento que a primeira declaração do ministro vá nessa linha de ser favorável a regulamentar a terceirização na atividade-fim.”

Paim relata o projeto de terceirização aprovado em abril do ano passado na Câmara em ritmo acelerado implementado na época pelo presidente afastado da Casa, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), logo no início de sua gestão.

Depois que a matéria foi para o Senado, Paim foi designado relator pelo presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL). Nessa função, o petista promoveu audiências públicas em Brasília e em todos os estados brasileiros.

## **Rejeição**

“Eu viajei todos os estados, e as decisões das assembleias são unânimes contra a terceirização na atividade-fim”, acrescentou Paim.

“Esse posicionamento do ministro não ajuda em nada, assim como não ajuda esse governo acabar com o Ministério da Previdência e daqui a pouco o Ministério do Trabalho vai ser o ministério do setor mais atrasado da economia.”

Em abril, o senador petista havia previsto entregar ontem (17) seu relatório recomendando o arquivamento por propor a terceirização em todas as atividades das empresas, incluindo atividade-fim (específicas de cada empresa) e atividades-meio (atividades de apoio, como segurança e limpeza).

Em substituição, a ideia dele é apresentar um novo projeto proibindo a terceirização em atividade fim, a equalização dos salários entre empregados efetivos e terceirizados e a responsabilidade solidária entre contratante e contrato para honrar o pagamento de salários e encargos devidos aos trabalhadores.

“Mesma atividade, mesmo salário. Caso contrário, será um crime hediondo de discriminação”, avaliou.

## **Proatividade**

Para o empresário e deputado federal Alfredo Kaefer (PSL/ PR), Paim não deveria ter sido escolhido relator por suas ligações com o movimento sindical e por ser do Partido dos Trabalhadores.

“O Paulo Paim ser relator do projeto de terceirização é duro. Ele é do PT e tem uma visão deturpada sobre a proatividade da terceirização”, reagiu o parlamentar.

Na avaliação de Kaefer, aprovar a terceirização para a atividade fim é o principal objetivo da proposta aprovada na Câmara, o que, se modificado, levará à rejeição das alterações quando o projeto voltar à Casa.

“Ir contra a terceirização na atividade fim é sair do escopo, porque a terceirização tem que caber em todas as áreas. A empregabilidade não cabe numa única “caixinha” de atividade meio. A empregabilidade precisa caber em todas as áreas”, disse Kaefer. O deputado não vê, porém, dificuldades para discutir a responsabilidade solidária.

## **Entidade de empresários apoia projeto**

Ao contrário das centrais sindicais de trabalhadores, contrárias à terceirização de mão de obra para as atividades-fim das empresas, diversas entidades de empresários defendem a aprovação do Projeto de Lei 4.330/2004, que trata da regulamentação do mecanismo.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a proposta significa passo indispensável à melhora do ambiente de negócios e uma das mais importantes etapas para modernizar as relações do trabalho no Brasil.

No País, segundo a CNI, a falta de regulamentação cria uma insegurança para empresas que contratam e prestam serviços terceirizados e para os trabalhadores que dependem desses empregos. Segundo pesquisa da CNI, 70% das empresas da indústria contratam serviços terceirizados e 60% delas apontam a falta de segurança jurídica como principal dificuldade da terceirização.

Para José Tarcísio da Silva, presidente da Confederação Nacional das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Comicro), o projeto vai regularizar as contratações

feitas pelos empreendedores do segmento, principalmente no final do ano ou épocas específicas. Para o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Guilherme Afif Domingos, novas oportunidades de negócios vão surgir em momento de crise com a regulamentação da terceirização.